

Trabalhadores comemoram aprovação da PEC50

Deputados mineiros dizem NÃO à privatização da Copasa e da Cemig

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou em segundo turno a Proposta de Emenda Constitucional nº50/2001, que dificulta a divisão ou privatização da Copasa e da Cemig. A votação aconteceu no dia 17 de outubro e a PEC 50 foi aprovada por unanimidade pelos 51 deputados presentes no plenário.

A PEC 50 altera a redação do artigo 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais e exige “quórum” especial dos deputados para a votação de lei que autoriza a venda de ações em sociedades de economia mista e empresas públicas. A partir de agora, qualquer alteração no controle de empresas do Estado terá que ser aprovada por três quintos dos deputados estaduais e ainda ser submetida à aprovação da sociedade, através de plebiscito.

O resultado foi uma vitória para os mineiros, principalmente, para os trabalhadores da Copasa e da Cemig, que vêm lutando contra a privatização das estatais. Essa iniciativa do governador Itamar Franco e dos deputados de Minas Gerais é um exemplo a ser seguido pelo resto do País, que deve manter públicos os serviços vitais para a sociedade, como saneamento e energia.

TRABALHO EFICAZ - O **Sindágua** e o **Sindieletro** tiveram uma participação importante na aprovação da PEC 50. Reconhecendo os benefícios da emenda para a defesa das empresas públicas, os sindicatos fizeram uma campanha entre os deputados e conseguiram agilizar a tramitação da emenda e sua aprovação final. A proposta chegou a entrar na pauta da Assembléia diversas vezes e não era votada por falta de “quórum”, ou seja, não tinha a quanti-

dade suficientes de deputados presentes no plenário no momento da votação. O trabalho dos sindicatos junto aos deputados reverteu essa situação e garantiu a aprovação da PEC 50.

Por solicitação da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, o Sindágua apresentou a PEC 50 no Seminário de Planejamento do Plebiscito Nacional sobre Privatização, que aconteceu em agosto/2001 em Brasília. No Seminário, a proposta mineira foi adotada como referencial pelos demais sindicatos, para abrir o debate na Assembléia Legislativa de seus estados e barrar a privatização das companhias públicas.

(Painel de votação da Assembléia Legislativa de MG)

Acervo Sindágua MG

Estados Unidos X Terrorismo: a paz é o melhor caminho

A nação mais poderosa do mundo decreta estado de guerra em todo o planeta, impondo aos demais países uma escolha “ou condenam o atentado ou também serão considerados inimigos”. Isto só demonstra a sua prepotência e como o governo americano continua intervindo no destino dos povos em todo o mundo. Essa atitude não elimina o terrorismo organizado, ao contrário amplia a indignação de populações cansadas dos desmandos neoliberalistas.

Os ataques terroristas são tão lamentáveis quanto o bombardeio ao Afeganistão, pois os dois matam pessoas inocentes. A retaliação americana é o caminho mais curto para se ampliar o terror, não para combatê-lo. Além do sacrifício de milhares de inocentes, representa uma ameaça concreta à humanidade, acirrando conflitos de proporções incalculáveis.

Queremos a Paz! Os Estados Unidos precisam entender que tragédia atrai tragédias cada vez maiores. Os povos precisam se unir na guerra contra a fome, a miséria, a doença, as desigualdades sociais, lutando por um mundo mais justo e não priorizando a barbárie.

NESTA EDIÇÃO

- Deliberações da Diretoria  Pág. 02
- Espaço da Mulher - Igualdade de Direitos  Pág. 02
- PCCS - Sindágua cobra explicações  Pág. 03
- Lista dos Representantes da Previminas  Pág. 03
- PLR 4147 - Votação marcada para o dia 24/10  Pág. 04

EDITORIAL

Governo Federal prepara mais um golpe contra o trabalhador

A crise econômica do capitalismo avança em todo o mundo, e, como sempre, elege os trabalhadores como sua maior vítima. As demissões em massa se multiplicam, diversas categorias entram em greve e crescem as ameaças contra os direitos e conquistas trabalhistas.

O último golpe contra os trabalhadores foi deferido no dia 03 de outubro, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que "flexibiliza" a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O PL 5.483/01 altera a redação do artigo 618 da CLT e determina que as condições de trabalho deverão ser ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo.

Corremos o risco de perder os direitos assegurados pela Constituição ou Legislação Trabalhista. Com o projeto, direitos como férias de 30 dias, hora extra, descanso semanal, adicional noturno, FGTS, licença-paternidade e maternidade, podem ser "negociados" entre patrões e empregados. Esses benefícios foram conquistados com muita luta e sem a garantia da lei podem ser manipulados pelos patrões da maneira que eles quiserem. Pois, a experiência nos mostra que em tempo de crise econômica e desemprego, as negociações acabam favorecendo os interesses do capital. Hoje, já estamos vendo trabalhadores fechando acordos coletivos sem conquistar melhorias e lutando, basicamente, para garantir o emprego.

É necessário que dobremos a atenção para que projetos como esse não sejam aprovados no Congresso Nacional. Devemos garantir as condições dignas de trabalho e lutar por novos benefícios, dentro e fora da lei, mas não podemos, em hipótese alguma, aceitar que direitos já conquistados sejam revistos ou alterados. Com a aprovação do projeto, os direitos que hoje são assegurados pela legislação, amanhã terão que fazer parte da pauta de reivindicações para serem mantidos.

Temos que brigar pela estabilidade no emprego e a manutenção das conquistas. Precisamos denunciar ao povo os prejuízos do neoliberalismo e eleger um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores e do país nas eleições de 2002.

Sólon Pereira - Presidente

Deliberações da última reunião de diretoria do Sindágua

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2001, a Diretoria Colegiada do Sindágua MG reuniu-se no SESC de Venda Nova e aprovou as seguintes deliberações:

~ **Prêmio Motivacional:** realizar uma reunião com a Copasa para chegar a um acordo que beneficie o trabalhador. Defender um piso-único e critérios de premiação progressiva de acordo com a quilometragem rodada;

~ **Monte Sião:** A atual diretoria da Copasa por não cumprir o contrato, deixa de arrecadar a tarifa de esgoto. O sindicato enviará correspondência à Companhia e ao governador Itamar Franco defendendo o cumprimento do

contrato. Na opinião do sindicato, a Copasa deve negociar com a prefeitura, buscar a melhor forma de atender os interesses da população e preservar a concessão no município;

~ **Programa de Demissão Incentivada:** A decisão foi unânime: os diretores decidiram que não apoiarão o PDI. O sindicato não irá concordar com a demissão de trabalhadores. No último Acordo Coletivo, assinamos uma cláusula garantindo o emprego de toda a categoria por um ano e seria incoerente defender demissões, mesmo que incentivadas. Além disso, o Sindágua faz parte de uma campanha nacional, juntamente com outras entidades, em defesa do pleno emprego e do aumento da oferta de vagas.

ESPAÇO DA MULHER

A mulher e o Direito Constitucional

A Constituição da República Federativa do Brasil é uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos civis e sociais. Porém, para que servem as leis se ficam apenas no papel? Precisamos conhecer e usar os direitos estabelecidos pela legislação.

O Capítulo I do Título II trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que são detalhados em 77 incisos do seu 5º artigo. Os direitos individuais também são chamados de direitos humanos, direitos das pessoas, direitos de mulheres e homens. Seus fundamentos estão no direito natural e em certas liberdades essenciais à personalidade e dignidade da pessoa humana. Com os direitos fundamentais, nossa Constituição proclama que a sociedade e o Estado existem para o bem-estar da pessoa humana, mas a realidade é extremamente diferente disso.

O artigo 5º diz: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...*

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Igualdade de direitos - Se homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, significa que não pode

haver qualquer tipo de discriminação na família, no trabalho e nem na sociedade. O primeiro inciso garante que qualquer pessoa que for tratada de maneira desigual por razão do sexo, pode e deve buscar a igualdade. Exemplos:

· **Na família** - a mulher tem os mesmos direitos do marido ou do companheiro, com relação as decisões que devem ser tomadas referentes aos filhos e à família. Os trabalhos domésticos são deveres de ambos e devem ser divididos de comum acordo;

· **No trabalho** - uma mulher não pode, como trabalhadora, receber menos que um homem para fazer o mesmo serviço. Devem ainda, ter as mesmas oportunidades de crescimento na empresa e exercer qualquer função;

· **Na sociedade** - mulher e homem devem ser tratados com igual respeito em qualquer situação e ambiente social.

É preciso respeitar a mulher quanto às suas diferenças físicas. Por exemplo, com relação à sua condição de ser mãe, que representa uma série de particularidades unicamente femininas como, gravidez, parto, amamentação etc.

Respeitar a mulher é entender que nenhum ser humano deve ser negligenciado, humilhado, explorado ou discriminado. Homens e mulheres devem percorrer um caminho com direitos iguais e vantagens para todos.

COMUNICADO 1

No dia 25/10/2001 às 15:00hs acontecerá a entrega de botons para os participantes do programa do PASA. A solenidade será realizada no auditório sede da COPASA e contará com a presença dos homenageados de toda empresa, da Diretoria profissionais do programa e colaboradores. Prestígie nossos companheiros com sua presença.

COMUNICADO 2

Comunicamos que o atraso da publicação dos jornais do Sindágua MG se deu pelo afastamento da jornalista responsável pelas publicações do sindicato. Durante o mês de setembro a funcionária ficou impossibilitada de cumprir suas atividades devido à problemas familiares. Em outubro as publicações voltam à sua periodicidade normal.

Departamento de Comunicação

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente:Sólon Pereira - **Diretor Responsável:**Sé Geraldo do Nascimento - **Jornalista Responsável:**Anaina da Mata - **MG 06487 JP** - **Diagramação e Arte Final:** Christian de Moura - **Fotos:**Arquivo Sindágua - **Tiragem:**9.000 exemplares - **Impressão:**Gráfica Fumarc.

SINDÁGUA MGRua Congonhas, 518 Stº Antônio - Belo Horizonte-MG - CEP 30.330-100
Fone: (031) 3297-7224 FAX 3297-7224 e-mail: sindagua@uol.com.br

Diretoria promete corrigir as distorções do PCCS

O prazo para corrigir as distorções ocasionadas pela implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) terminou no dia 30 de setembro de 2001, mas não foram feitos todos os ajustes. A Divisão de Cargos e Carreiras (DVCR) assegurou, em seus encaminhamentos, que os problemas levantados seriam ajustados e pagos na folha de setembro. Além disso, ficou acertado no acordo coletivo deste ano, que a Copasa irá corrigir os desvios de função existentes, sem estipular um limite de verba para isso. Porém, o que constatamos é o acúmulo de problemas e trabalhadores cheios de dúvidas sobre como e quando será resolvida sua situação.

Para buscar mais informações, o Sindicato enviou no dia 1º de outubro um ofício à Diretoria Financeira e Administrativa (DRFA), que é a responsável pelo plano. No documento, o sindicato assinala as principais preocupações da categoria sobre os acertos do

PCCS e solicita respostas para as indagações mais frequentes dos trabalhadores. Como, Porque não foram feitos os ajustes dos PFMS enviados? Quando a Copasa ajustará os casos que não foram resolvidos em setembro?, entre outras perguntas que precisam, urgentemente, de uma resposta.

Em resposta ao ofício enviado pelo Sindicato, o Superintendente de Recursos Humanos, Carlos Megale Filho, entrou em contato com presidente Sólon Pereira e sanou algumas dúvidas quanto ao PCCS. O superintendente disse que já foram resolvidos em setembro, aproximadamente, 250 casos e neste mês serão solucionados mais 300 outros problemas, ficando ainda algumas pendências a serem resolvidas no mês de novembro. O sindicato espera que todos os problemas relacionados ao PCCS sejam resolvidos o quanto antes e está a disposição do trabalhador para tomar as medidas necessárias.

Previminas oferece treinamento para seus representantes na Copasa

No dia 20 de setembro de 2001, a Previminas promoveu o primeiro treinamento para os trabalhadores da Copasa,

que serão os representantes da Fundação dentro da empresa. O objetivo foi ampliar o conhecimento dos representantes so-

bre os benefícios oferecidos pela Previminas, para que eles possam sanar as dúvidas e questionamentos mais

LISTA DOS REPRESENTANTES DA PREVIMINAS NA COPASA *

Representante	Distrito	Telefone	Representante	Distrito	Telefone
Alba Valéria P. E. Fernandes	DRLE/SPSD/DTCA	33 3321-9247	Luiz Carlos Santos	DTLS/ELPL	31 3662-6066
Ana Cristina Costa Miranda	DRMT/SPBH/DTNE	31 3250-2929	Luiz Cláudio Meireles	DTLS/E LVE	31 3621-2780
Antônio Ornelas de Oliveira	DRLE/SPND/DTTO	33 3529-5805	Luiza Helena Silva de Melo	DRLE/SPND/DTDT	38 3531-3917
Aristides P. Nascimento	DRMT/SPBH/DTSO	31 3250-3036	Magda Regina Diniz Correa	DRMT/SPBH/DTLE	31 3250-2821
Bernadette Luz de Oliveira	DRLE/SPVA/DTGV	33 3279-2811	Marcelo Anderson Calado	DRCN/SPCT/DTCT	31 3457-6546
Dalmo Geraldo de Oliveira	DRMT/SPPR/DVSV	31 3535-8162	Marco Aurélio Portela	DRMT/SPMT/DTIB	31 3533-6172
Dilson Pereira Chaves	DTSZ/ELSA	31 3672-7746	Maria das Graças Barbosa	DRCN/SPCT/DTCL	31 3769-4619
Diolina Gonçalves Duarte	DRSO/SPSL/DTSP	35 3539-4112	Maria das Neves Ant. Souza	DRCN/SPNT/DTJA	38 3629-4213
Edneia Trindade da Silva	DRLE/SPND/DTAL	33 3721-2492	Marlene Apª B. Damasceno	DRSO/SPOE/DTFL	34 3421-0710
Edson Vaz Cordeiro	DRMT/SPMT/DTCN	31 3250-3009	Marly Pereira B. de Carvalho	DRLE/SPSD/DTLP	32 3449-4808
Edson Wander Braga	DRCN/SPNT/DTSF	38 3631-1084	Mateus Magno Silva	DRMT/SPBH/DTOE	31 3250-3118
Eliane Mª de Fátima e Silva	DVPS	31 3250-1068	Mírian Bastos T. Moreira	DTLV/E L PDÔES	35 3694-2003
Enne Cibely Alves da Silva	DRSO/SPSL/DTCX	35 3341-5428	Olga de Fátima Franco	DVPS	31 3250-1068
Eulides Ataides Japoline	DRMT/SPBH/DTSL	31 3250-1054	Regina de Cássia Scalenghi	DRSO/SPSL/DTVG	35 3229-5632
Gicianne Reis Lana	DTCL	31 3769-4631	Ricardo Augusto Izidoro	DRSO/SPSL/DTIJ	35 3629-4505
Gildo Fábio de Carvalho	DRMT/SPBH/DTOE	31 3250-3108	Robson Guedes Campos	DRLE/SPND/DTSA	38 3841-1442
Heide Margareth Dav. Cecotti	DRCN/SPCT/DTDV	37 3250-5423	Rogério Flores Gaio	SPCT/DTDV	37 3250-5424
Ivanete Ap. Martins	SPVA/DVAV	31 3829-7549	Romulo Eug. de P. Ferreira	DRMT/SPMT/DTLS	31 3681-1226
Janete Amaral Silva	DRSO/SPOE/DTAX	34 3669-8046	Rosilene Rodrigues Gomes	DRMT/SPMT/DTSZ	31 3649-6067
Jean Lopes Machado	DRMT/SPPR/DVRV	31 3541-9636	Sandro Soares de Almeida	DRCN/SPCT/DTCV	38 3729-4006
Joanes José da Silva	DRMT/SPMT/DTRN	31 3624-6900	Silvia Magalhães V. Vaccari	DTSZ/ELNL	31 3541-2602
José Barbosa de Souza	DRCN/SPNT/DTJB	38 3829-4163	Sobélia Ferreira Colen	DRMT/SPBH/DTNO	31 3250-2804
José Francisco Soares	DRLE/SPSD/DTUA	32 3539-6002	Teresinha Antônia de Araújo	DVAN	38 3229-5742
José Maria Teixeira Araújo	DRCN/SPCT/DTPR	38 3672-4400	Valda Pereira da Silva	DRSO/SPOE/DTPM	34 3823-3235
Juliana Janine T. Santos	DVAN	38 3214-1876	Vanda Rosária. de S. Toledo	DRLE/SPSD/DTPN	31 3817-2030
Léia S.M.	SPOE/DTFL	34 3421-0710	Verônica Conceição Rangel	DRSO/SPSL/DTPA	35 3449-7004
Lucineia Ferreira Prado	DRSO/SPSL/DTAF	35 3291-2509	Walter Antunes de Moura	DRMT/SPMT/DTBE	31 3534-4300

*OBS.: A listagem foi fornecida pela Previminas.

frequentes dos participantes e ajudá-los a solucionar seus problemas, sem que estes precisem se deslocar até a Fundação.

Os representantes foram indicados pela empresa e farão uma ligação entre os empregados e a Previminas. O que facilitará a resolução dos problemas, a liberação de empréstimos, o adiantamento de benefícios e o conhecimento dos seus direitos neste Fundo de Pensão.

A G E N D A

CURSO

“O cidadão e o meio ambiente”

Temas:

- O indivíduo e seu meio;
- Recursos humanos e meio;
- Introdução às conferências da ONU/UNESCO sobre meio ambiente e agenda 21;
- Geração de renda e trabalho nos princípios do desenvolvimento sustentável;
- Desenvolvimento de projetos de intervenções ambientais.

Local: Centro de Cultura Nansen Araújo R: Padre Marinho St.ª Efigênia BH/MG

Inscrições: Luiz Cláudio pelos telefones (31) 3284-7287 e 9968-8901

Valor: R\$ 60,00 por pessoa

Data: 27 e 28 de outubro de 2001

AUDIÊNCIA PÚBLICA

“Quilombos – Projeto de Lei 1637 - Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG)”

- Discutir o programa de resgate histórico e valorização dos remanescentes de quilombos em Minas Gerais;
- Avançar na construção de políticas públicas para contrapor-se à secular exclusão dos quilombolas e seus descendentes.

Local: Auditório da Assembléia Legislativa

Data: 23 de outubro de 2001

Horário: 16 horas

Sindágua na luta contra o Projeto de Lei 4147/2001

No próximo dia 24 de outubro, o Congresso Nacional deverá votar o Projeto de Lei 4147, que regulamenta o setor de saneamento e institui diretrizes para a prestação dos serviços no país.

O Brasil precisa de uma política nacional de saneamento que seja compatível com as necessidades da população e que possibilite a universalização do saneamento. O Governo Federal editou o PL 4147, para atender as exigências do FMI e criar condições para a privatização deste seguimento econômico. O projeto não caracteriza o saneamento como serviço de responsabilidade pública, visa apenas o lucro, desvaloriza o bem estar social e escancara o setor de saneamento básico para a iniciativa privada. Além disso, desrespeita a Constituição Federal no seu artigo 30 e incisos que definem como de competência do município legislar sobre assuntos de interesse local, tais como transporte coletivo, coleta e disposição de lixo, saneamento, etc.

O Sindágua é contra o projeto, para garantir o emprego da categoria, preservar a manutenção do saneamento público e manter as concessões da Copasa. Não podemos esquecer que em 1997 e 1998 o governador Eduardo Azeredo do PSDB, fez tudo que pode para privatizar a Copasa, só não conseguiu pela posição contrária dos

prefeitos dos municípios da Região Metropolitana. Hoje, Itamar Franco é contrário às privatizações, mas não podemos correr riscos e nem aceitar que atropelem a constituição. O sufoco enfrentado pelas estatais mineiras no

**ÁGUA: DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
POR UM SANEAMENTO PÚBLICO PARA TODOS!**

Precisamos lutar por uma política que não abra as portas para a privatização do setor, que não fragmente os serviços, que garanta a universalização e que preserve o subsídio cruzado, que é essencial para a manutenção do saneamento da população carente. Somente o saneamento gerido e executado pelas empresas públicas podem garantir uma política de saneamento voltada para o bem estar social, buscando a universalização e o acesso a todos os seguimentos da sociedade. Neste sentido, o parecer do deputado Adolfo Marinho é mais interessante, pois define a titularidade como municipal e intervenções compartilhadas nas Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos, ou seja, de responsabilidade do Estado e dos Municípios, o que no nosso caso, garante a continuidade da presença da Copasa.

FONTE JORNAL DO SENADO - SETEMBRO/2001

governo de Eduardo Azeredo e recentemente, a luta da população do Ceará, da Bahia, do Espírito Santo e do Paraná para conseguir barrar as privatizações, não podem fazer parte do cotidiano dos trabalhadores.

II Fórum Social Mundial

O lançamento do II Fórum Social Mundial, aconteceu no dia 11 de setembro, mesma data dos atentados ocorridos nos Estados Unidos. A tragédia norte-americana demonstrou a necessidade e a urgência de se encontrar novas alternativas para construir um mundo mais justo, democrático, sem violência e com igualdade social entre os povos. Por isso, o momento de tensão vivido pelo mundo atualmente, amplia a importância do Fórum Social Mundial, que foi

um evento criado para mostrar que não existe apenas um caminho para a humanidade, mas outros caminhos onde as diferenças sejam respeitadas e todos vivam em paz. Um outro mundo é possível e urgentemente necessário.

O II Fórum Social Mundial (II FSM) acontecerá entre os dias 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS. A programação prevê painéis, oficinas, debates e sessões com personalidades engajadas em diferentes tipos de luta.

O objetivo do Fórum é abrir espaço para uma reflexão "globalizada" e buscar alternativas ao modelo capitalista. A proposta é que a cada ano haja um novo aprofundamento e que a repercussão do evento dê início à uma nova etapa na luta contra a submissão do ser humano aos interesses do capital.

**PARA OBTER MAIS
INFORMAÇÕES ENTRE NO SITE**

www.forumsocialmundial.org.br